



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

ANEXO I - ESTRUTURA FINANCEIRA

Sigla:	TJPA
Nome do Órgão:	Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Autoridade Máxima:	Leonardo de Noronha Tavares
Responsável pela Informação:	Departamento Financeiro
Mês de Referência (MM/AAAA):	Dezembro de 2020
Data da Publicação:	20/01/2021

Inciso I – Despesas com Pessoal e Encargos		Dez
Alínea	Discriminação das despesas	Valores (R\$ 1,00)
I-A	despesas com pessoal ativo	127.566.706,52
I-B	despesas com pessoal inativo e pensões*	0,00
I-C	encargos sociais incidentes sobre a remuneração de pessoal	29.005.151,43
I-D	despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios, requisições de pequeno valor e débitos judiciais periódicos vincendos) a servidores ou empregados, conforme ação orçamentária específica, apropriado pelo Critério de Competência (1)	0,00
	TOTAL	156.571.857,95

Inciso II – Outras Despesas de Custeio		Dez
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
II-A	benefícios a servidores e empregados – auxílio-transporte	1.369.619,46
II-B	benefícios a servidores e empregados – auxílio-alimentação	6.242.757,22
II-C	benefícios a servidores e empregados – auxílio-creche	0,00
II-D	benefícios a servidores e empregados – assistência médica e odontológica	32.009,75
II-E	diárias pagas a servidores, empregados e colaboradores	42.005,11
II-F	Passagens e despesas com locomoção	77.082,55
II-G	Indenizações de ajuda de custo, transporte e auxílio moradia	0,00
II-H	aluguel de imóveis	302.691,94
II-I	Serviços de água e esgoto	113.978,15
II-J	Serviços de energia elétrica	1.360.020,83
II-K	Serviços de telecomunicações	723.475,03
II-L	Serviços de comunicação em geral	522.980,08
II-M	serviços de informática, incluindo manutenção e locação de software, locação de equipamentos de processamento de dados, serviços de tecnologia da informação, serviços técnico-profissionais de tecnologia da informação, aquisição de software sob encomenda, manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados, e comunicação de dados	11.310.112,51
II-N	serviços de limpeza e conservação	6.837.682,51
II-O	serviços de vigilância armada e desarmada	595.603,85
II-P	Serviços de publicidade	308.111,05
II-Q	locação de mão de obra e postos de trabalho, ressalvado o apropriado nas alíneas “n”, e “o”	4.370.862,64
II-R	Serviços de seleção e treinamento	618.292,51
II-S	Aquisição de material de expediente	294.715,22
II-T	aquisição de material de processamento de dados e de software	328.415,33
II-U	aquisição de material bibliográfico	0,00
II-V	aquisição de combustíveis e lubrificantes	77.571,05
II-W	aquisição de gêneros alimentícios	21.656,42
II-X	aquisição de material de consumo, ressalvado o apropriado nas alíneas ‘s’ a ‘w’	1.156.105,19
II-Y	serviços médico e hospitalares, odontológicos e laboratoriais	2.542.606,48
II-Z	demais despesas de custeio	3.672.146,57
	TOTAL	42.920.501,45

Inciso III – Despesas com Investimentos		Dez
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
III-A	Construção e reforma de imóveis	4.002.799,87
III-B	Aquisição de Material Permanente - Veículos	2.771,00
III-C	Aquisição de Material Permanente – Equipamentos de Informática	3.794.717,83
III-D	Aquisição de Material Permanente – Programas de Informática	0,00
III-E	Aquisição de Material Permanente – Demais itens	1.974.428,90
	TOTAL	9.774.717,60

Inciso IV – Despesas com Inversões Financeiras **		Dez
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
IV-A	Aquisição de imóveis, ou bens de capital já em utilização.	
IV-B	Outras inversões	
	TOTAL	0,00

Inciso V – Repasses do Tesouro Nacional ou Estadual ou Sub-repasses recebidos, destinados ao pagamento de		Dez
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
V-A	Pessoal e Encargos (2)	102.485.731,56
V-B	Custeio (3)	20.812.440,87
V-C	Investimento	
V-D	Inversões Financeiras	
	TOTAL	123.298.172,43

Inciso VI – Receitas		Dez
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
VI-A	Recursos a título de Custas Judiciais	3.287.604,14
VI-B	Recursos a título de Taxas Judiciárias	2.188.443,37
VI-C	Recursos a título de Serviços extrajudiciários	4.637.169,89
VI-D	Demais recursos conforme Previsão em leis específicas	5.139.182,73
	TOTAL	15.252.400,13

* Fonte: SIAFEM e Demonstrativos do IGEPREV

** Não Houve Pagamento

(1) - As despesas referidas não estão preenchidas dado que o único precatório existente em que figuram como credores servidores deste Tribunal, consta como órgão devedor o Estado do Pará, portanto a situação não se enquadra na hipótese aventada.

(2) - Repasse efetivado pelo Estado, conforme percentual da Receita do Tesouro definido na Lei de Diretriz Orçamentária de cada exercício e sua aplicação de acordo com a estrutura programática aprovada nas Leis Orçamentárias Anuais.

(3) - Repasse Vinculado ao Financiamento dos gastos com Inativos e Pensionistas.

(4) - Em Março/2023 foi feita a retificação do mês de Dezembro/2020 nos recursos a título de custas judiciais que passou de R\$ 3.286.751,88 para R\$ 3.287.604,14 e demais recursos conforme previsto em leis específicas que passou de R\$ 5.139.133,00 para R\$ 5.139.182,73. O motivo da retificação foi adequação da publicação à informação de pagamento identificado no Siafem que reflete o regime de caixa, ou seja, valores efetivamente recebidos no mês.